PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
15/07/2003

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da Republica

Requerimento nº 2596/IX/1.ª/AC

Assunto: Lagoa de Óbidos

A Lagoa de Óbidos, nos concelhos de Óbidos e Caldas da Rainha, apresenta sintomas de degradação ambiental assinaláveis, de resto, sintomas evidentes desde há várias décadas, outrora resolvidos manualmente pela população, actualmente, por técnicos supostamente especializados.

Na verdade, apesar de inúmeras intervenções durante os últimos anos, que implicaram um investimento superior a 7,5 milhões de EUR, e a dragagem de mais de 1400 mil metros cúbicos de inertes, mantém-se a redução da dimensão lagunar, o assoreamento da zona líquida acresce, assim como a instabilidade da ligação ao mar, já para não falar da continuada e despropositada poluição.

Estudos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil apontavam para a necessidade de dragagem de cerca de 15 milhões de metros cúbicos ao longo dos próximos 10 anos, no entanto, técnicos do INAG têm apontado esta valor como insuficiente, justificando por um erro de cálculo, e apontam para a necessidade de extracção de 18 milhões de metros cúbicos. Este projecto teria o acordo de toda a população dos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, mas, incompreensivelmente, parece não se estar a implementar a favor de um outro que não tem obtido os melhores resultados.

Para preparar o expediente
16 JUL 2003
O Chefe de Divisão

Tem-se verificado ao longo dos últimos anos uma forte erosão da margem sul da Lagoa, próximo da qual existem várias habitações, o que justificou já a construção de carácter provisório, de uma parede de sacos de polipropileno, aguardando-se ainda uma solução definitiva.

Estão já construídas importantes infra-estruturas para tratamento e despoluição da Lagoa de Óbidos, das quais merece destaque o emissor submarino de águas residuais, concluído há cerca de um ano, não se compreende, no entanto, porque não se encontra em funcionamento.

Este projecto de despoluição previa, à data da sua elaboração o tratamento primário nas Estações de Tratamento se Águas Residuais e emissão destas para alto mar, no entanto, um novo quadro legal obriga hoje ao tratamento secundário das aguas residuais, o que naturalmente obrigará a obras de remodelação das ETAR existentes.

Neste sentido, Senhor Presidente, venho através de Vª Exa., nos termos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis requerer ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que informe:

1- Implementará o Governo o único projecto que reúne o apoio de todas as partes, a dragagem de 18 milhões de metros cúbicos de inertes? Para quando se prevê o inicio da sua implantação?
2- Qual a solução definitiva para a erosão da margem sul da Lagoa? Para quando se prevê a sua implantação?
3- Para quando está previsto o inicio de funcionamento do emissor submarino, e que razões justificam este adiamento?
4- Confirma que este apenas poderá entrar em funcionamento depois de "upgrade" de todo o sistema de tratamento de águas para que este permita

tratamento secundário? Se assim for, continuar-se-á a descarregar águas residuais, depois de tratamento primário, directamente na Lagoa, um ambiente naturalmente mais sensível, ou justificar-se-á a emissão destes afluentes em alto mar, temporariamente apenas com tratamento primário?

5- Porque não houve a capacidade de observar correctamente a Lagoa e, ao fim de inúmeros estudos, concluir que era fulcral para a vitalidade da Lagoa retirar literalmente a areia da Lagoa, e não depositá-la junto às margens, já que as marés iriam (como se veio a confirmar) traze-la de volta para o centro da Lagoa?

6- Porque não se procede à venda das areias da Lagoa de Óbidos, evidentemente em excesso, como forma de contribuir decisivamente para o desassoreamento, e poder obter alguma contribuição financeira, subsidiando assim uma pequena draga ou areeiro que execute esporadicamente pequenas obras de manutenção?

7- Ou outra solução: porque não se procede a um estudo dos dragados conjuntamente com os especialistas do IPIMAR, para saber a pertinência ou irrelevância de poder vender os dragados que se encontram nos "braçados" da Lagoa como fertilizante?

Palácio de São Bento, 3 de Julho de 2003

O Deputado

Daniel Rebelo